

## ARTIGO

## As políticas de combate ao turismo sexual: uma análise interseccional entre raça, gênero e classe

Ana Paula da Silva\*

**Resumo:** O presente artigo tem como objetivo analisar as categorias cor/raça, gênero e classe no bojo das políticas de combate ao turismo sexual. Entendemos que tais políticas são permeadas de significados sociais em relação ao público-alvo destas campanhas. O Brasil tornou-se signatário nos anos 2000 daquilo que foi definido como o combate ao turismo sexual proposto pela Organização Mundial do Turismo (OMT), que, em linhas gerais define o turista sexual como aquele cidadão que viaja única e exclusivamente para outro país com o intuito de manter relações sexuais com mulheres destes países. Ao longo de oito anos de pesquisa em Copacabana, no Rio de Janeiro, e na região central da cidade de São Paulo, percebemos que as categorias “turista sexual”, e supostamente a “vítima” deste “crime” são bastante fluídas e, em alguns casos, são utilizadas como categorias de acusação. O perfil destes personagens é claramente definido pelos marcadores sociais da diferença cor/raça, gênero e classe de homens e mulheres que são reconhecidos como potencialmente propícios ao turismo sexual. A partir de dados de pesquisa analiso estas categorias nos discursos sobre o turismo sexual.

**Palavras-chave:** turismo sexual; prostituição; gringos; mulheres brasileiras; marcadores sociais da diferença.

**Abstract:** The present article seeks to analyze the categories color/race, gender and class in the context of policies that attempt to combat sex tourism. We understand these policies as permeated with social meanings with regards to the target audience of their campaigns. In 2000, Brazil became a signatory in 2000 of the International Tourism Organization's (ILO) proposal to combat sex tourism, which broadly defines the sex tourist as someone citizen who travels to another country exclusively for the purpose of having sex with local women. Eight years of research in Copacabana in Rio de Janeiro and in the downtown São Paulo has demonstrated that “sex tourist” and also the supposed “victims” of this “crime” are categories that are fairly fluid, often used as accusations independent of their target's behavior. The profile of “sex tourists” and “Brazilian women” are clearly demarcated by social markers of difference: color/race, class and, of course, gender. These markers are used by authorities and by society in general to identify the women and men who supposedly participate in sex tourism. Using data from my ethnographic research, I analyze the use of these markers in discourses regarding sexual tourism.

**Keywords:** sexual tourism; prostitution; gringos; brazilian women; markers of social difference.

## Introdução

*“Me pareciam jovens alegres e agradáveis e ganharam numa noite o que eu ganhava num mês – quando eu ganhava. Então eu me perguntava: ‘por que estou aqui, trabalhando feito escrava?’ Será que existe algo pior do que trabalhar e não ganhar nada? E, afinal o que eu tinha a perder? Meu marido, nem pra sexo servia e eu gosto de sexo. Trabalhar transando e sendo paga para isto não podia ser ruim assim. E não é ruim, não. Amo meu trabalho. Pode botar isto logo aí (apontando para meu bloquinho de anotações): eu amo ser garota de programa”.* (Cida, profissional do sexo em Macaé – RJ).

Este trecho é de uma entrevista que fizemos com uma mulher de 40 anos, negra, trabalhadora sexual numa cidade do interior do Rio de Janeiro, onde a economia principal gira em torno da indústria do petróleo. No entanto, analisar a prostituição como uma atividade econômica rentável e que, em muitos casos, ajudam mulheres como Cida a pagar suas contas e a melhorar de vida, não é uma tarefa fácil.

A prostituição foi envolta em muitas dúvidas, preconceitos e moralismo conservador. Contribuíram para este quadro uma abordagem histórica em que, no final do século XIX, a prática da prostituição fosse entendida e classificada, a partir das teorias científicas deste período, como uma patologia a ser investigada e tratada. Atualmente, alguns setores da sociedade ainda enxergam nesta atividade o pior dos mundos e porta aberta à exploração e degradação do corpo feminino que, em muitos casos, remetem à classificação biomédica e à patologia do final do século XIX<sup>1</sup>. Em razão desta classificação, ainda hoje, esta ocupação é entendida como degradante e, portanto, as mulheres que desempenham esta função ou são moralmente caídas e doentes ou vulneráveis, tendo sido levadas para esta vida por sua condição socioeconômica desprestigiada, restando-lhes esta única opção. Este imaginário é compartilhado por grande parcela da população e é apontado por diversos pesquisadores como o centro da polêmica em

torno do trabalho sexual, mesmo que a ciência hoje não aceite mais os argumentos do final do século XIX e início dos XX<sup>2</sup>.

Este artigo tem como objetivo refletir sobre o mercado sexual e problematizar o discurso sobre o combate ao turismo sexual e os usos dos corpos femininos que, em geral, são entendidos como subjugados e explorados nas relações afetivo-sexuais transnacionais, um discurso que tem sido prontamente ecoado quando se trata do turismo sexual heteronormativo. Quando pensamos no trabalho sexual masculino resalta a falta de atenção do Estado e de organizações civis na produção de políticas destinadas a controlar a atividade e resguardar os direitos desses trabalhadores. É possível observar, nos dias atuais, que o turismo homoafetivo tem sido incentivado como alternativa “saúdável” e menos “nociva” do que o turismo sexual heteronormativo que implica numa visão depravada e pouco aceitável de práticas sexuais. Um bom exemplo é o fato de que a lei de “combate ao tráfico de seres humanos” tinha, inicialmente, como título “combate ao tráfico de mulheres” em que focava a mulher e, particularmente, a que exercia a prostituição, como alvo central das leis contra o tráfico.

Neste sentido, é importante pensar sobre o controle dos corpos femininos, em especial, quando estes estão a serviço de uma atividade econômica, historicamente entendida para a mulher, como decaída, degradante e classificada cientificamente, num determinado período, como uma patologia. Um exemplo prático é que, apesar de toda a liberdade sexual conquistada pelas mulheres, ser apontada como *puta* continua sendo uma considerável ofensa. A questão relativa ao gênero, percebida na visão do trabalho sexual feminino como sujo e moralmente decaído aparece imbricada com outras duas questões: a de cor e a de classe social, pois, quando cruzamos estes marcadores, percebemos que o controle sobre os corpos torna-se maior, particularmente quando se trata de mulheres oriundas das classes populares e não brancas. Este fenômeno se evidencia quando analisamos o turismo sexual.

## Definições acerca do turismo sexual

Neste caso, farei uma pequena abordagem sobre o turismo sexual e o pânico moral construído a partir dele pelas mídias, o Estado e alguns setores dos movimentos sociais. Já a alguns anos, o turismo sexual heteronormativo tem sido apontado como uma das modalidades na indústria do sexo, tida como nefasta e que supostamente arrasta algumas centenas de mulheres à escravidão e à subserviência. Nos últimos dez anos os governos têm voltado recursos e esforços ao combate a esta prática.

Muito rapidamente é preciso definir o que é turismo sexual. Segundo a Organização Mundial de Turismo (OMT) diz respeito àqueles que organizam viagens internamente no setor turístico ou fora dele, mas que usam as estruturas e as redes do setor com o objetivo primário da efetivação da relação comercial sexual com os residentes no destino, determinando, assim, consequências sociais e culturais da atividade, especialmente quando exploram diferentes gêneros, idades, situações econômicas e sociais nas destinações visitadas. Esta definição tem baseado também as políticas de combate ao

turismo sexual infanto-juvenil e, muitas vezes, no caso brasileiro, tem ocasionado bastante confusão e problemas, pois tal definição é vaga quando se trata de distinguir quem é o “turista normal” e quem é o “turista sexual”. O que constatamos em nossos trabalhos (Blanchette; Silva, 2005) é que, em muitos casos, ser nomeado de “turista sexual” passa a ser mais uma estratégia de acusação do que um termo utilizado para classificar determinados tipos de turismo, *stricto sensu*.

É notadamente uma acusação que adere a determinados tipos de turistas mais que a outros. Homens estrangeiros de certa idade (de 40 a 60), por exemplo, são mais acusados. Homens jovens e sozinhos são mais vigiados – casais, em geral, não são apontados como “suspeitos”, mesmo que eles consumam serviços sexuais em suas viagens internacionais. E, apesar do estigma que ainda é associado à homossexualidade, a masculina não tem sido recorrentemente identificada pela mídia (embora recentemente o jornal *Gazeta do Povo*, de Pernambuco, tenha tentado fazer exatamente isto). Veja imagem:

Imagem 1: Publicada em setembro de 2012.



Fonte: <<http://exame.abril.com.br/brasil/politica/noticias/jornal-de-pernambuco-publica-propaganda-contra-gays>>.

Dentro deste contexto, o que é mais interessante são os tipos físicos que mais atraem as acusações de turismo sexual. Nos panfletos, livrinhos e cartazes antiturismo sexual, produzidos pelas organizações não

governamentais e governamentais que lutam contra essa suposta praga, esses homens aparecem, quase inevitavelmente como loiros, altos, bonitos e com olhos azuis. Como mostra a imagem abaixo:

Imagem 2:



Esse tipo de homem, somos invariavelmente informados, é o “príncipe falso” – uma escolha de palavras interessantes, pois denota uma certa idealização racializada, brasileira, acerca de como um príncipe deve parecer. Por outro lado, nas duas grandes ações policiais antiturismo sexual, conduzidas no Rio de Janeiro até o presente momento, as fotografias apresentadas pela mídia dos gringos presos e acusados só referenciavam homens estadunidenses, negros, corpulentos e vestidos no estilo urbano *hip-hop/clubber* daquele país – um estilo corporal que tem sido internacionalmente estigmatizado e associado ao tráfico de drogas por incontáveis *shows* policiais norte-americanos, avidamente consumidos no Brasil.

Dentro deste contexto acusatório, as relações afetivo-sexuais entre mulheres brasileiras

e homens estrangeiros têm sido constantemente associadas à exploração e à representação de uma relação colonial histórica entre o Brasil e os países europeus e anglo-falantes. Um dos aspectos mais diretos desta visão são as noções de que houve uma propagação de uma imagem sexualizada do Brasil produzida pela agência oficial de turismo brasileira, a Embratur. Esta, por conta das pressões, promoveu uma mudança em suas imagens publicitárias voltadas ao turismo internacional. A Embratur foi acusada, num determinado momento, de promover o turismo sexual ao retratar fotos de mulheres sensuais nas propagandas.

No entanto, o turismo sexual é um fenômeno complexo e de difícil classificação se levarmos em conta a definição da Organização Mundial do Turismo (OMT). Existem homens estrangeiros que se autointitulam “turistas sexuais”, mas num universo de estrangeiros que visitam o país esta parcela é muito pequena. O que geralmente encontramos em Copacabana ou São Paulo, onde realizei pesquisas sobre o tema, são homens entendidos como “turistas normais” e que, por razões diversas, procuram mulheres brasileiras para relacionamentos afetivo-sexuais, comerciais ou não. No caso das mulheres, a possibilidade de se relacionarem com homens estrangeiros abre diversas alternativas desde a chance de conseguir um programa, trabalhar no exterior e, até mesmo, vivenciar namoros e casamentos. Em geral, estas relações são entendidas, como sugerem os quadrinhos acima, que as mulheres são “pobres coitadas” ou inocentes nessa trama de relacionamentos. Esta visão faz parte do imaginário de diversos setores. Uma delas, a qual entrevistamos, Brigitte, mais de 40 anos, nos contou:

(...) comecei como dançarina em uma boate aqui em Copacabana e logo chamei a atenção. Eventualmente também fazia programas. O dono me perguntou se gostaria de trabalhar fora do país eu disse que sim; ele me indicou a um grupo que estava selecionando meninas

para trabalharem no exterior. Participei de um processo seletivo com outras meninas e consegui a vaga. Fui para a Europa. Não fui enganada. Sabia que era para trabalhar como dançarina e fazer programas. Aceitei. Ganhei meu dinheiro e quando quis voltei ao Brasil comprei casa, coloquei meu filho na melhor escola particular de Niterói, comprei carro. Continuei trabalhando em Copa e retornei a Europa muitas outras vezes. Hoje fiz meu pé de meia, não preciso trabalhar todos os dias. Faço meu horário e tenho amigos que ainda me convidam para passar temporadas em Paris como acompanhante. Trabalhar em Copacabana me possibilitou ganhar dinheiro da maneira como eu quis e a chance de sair do Brasil.

Relatos como o de Brigitte, no entanto, tem sido cada vez mais difíceis. A repressão ao “turismo sexual” e o fechamento de casas como a Help, onde conhecemos Brigitte, tem tornado a vida das mulheres que trabalham neste mercado mais complicadas e levado a um movimento de migração do que chamamos de *call girl*: serviço via internet em que, efetivamente, não é fácil ter um controle de quem é o dono ou mesmo quais as condições reais de trabalho nestes lugares. Ou seja, em nome da suposta proteção das mulheres e combate ao genérico termo “turismo sexual” está se criando condições de trabalho para elas que, de fato, são problemáticas e que efetivamente ameaçam a segurança destas em determinadas situações<sup>3</sup>.

Por outro lado, a lei brasileira tem recrudescido em relação àquelas pessoas que devem ou podem deixar o país e as leis internacionais fecham o cerco sobre as que podem permanecer em solo estrangeiro. Parece que a própria repressão propicia situações de exploração e violação de direitos muito mais do que produz uma regulação e uma liberdade de trabalho para estas mulheres. O que temos percebido é uma crescente criminalização dos

relacionamentos afetivos-sexuais comerciais transnacionais em nome do combate ao “turismo sexual”.

Os discursos que dão suporte a esta crescente criminalização e criam leis de repressão seguem o argumento de que homens estrangeiros vêm ao Brasil para roubar, ludibriar e enganar mulheres brasileiras de classe socioeconômica popular, negra e que não tiveram oportunidade na vida a não ser acreditar no conto do “príncipe loiro de olhos azuis” que as levam para a Europa ou EUA e que quando chegam a estes lugares se tornam escravas sexuais.

É interessante perceber que quando se trata de mulheres da classe média, brancas que casam ou namoram homens estrangeiros e, eventualmente, vão morar com eles em seus países de origem, toda esta carga pejorativa da mulher enganada e prostituída que não deve deixar o país desaparece sob o discurso do “amor romântico”, como um fator explicativo da formação deste casal e passa livre para morar no exterior. Mesmo que pesquisas tenham demonstrado que casamentos também incidem em casos de tráfico e exploração, este tipo de casal está fora do olhar institucional das campanhas de combate ao tráfico de pessoas e ao turismo sexual promovido pelo governo e incentivado por determinados setores da sociedade civil. Neste caso, o que podemos afirmar é que o casal potencialmente “perigoso” homem estrangeiro, branco, geralmente oriundo dos países europeus ou EUA, e mulher brasileira, não branca, deve ser devidamente controlado e reprimido.

### “Exploração” e trabalho sexual

Antes de tudo, o trabalho sexual é um ofício – como muitos outros – que também pode ser perigoso, sujo e cansativo. As prostitutas são desmoralizadas como classe e a atual legislação contraditória referente ao ofício impede a regulação eficaz de seu trabalho. A violência contra a prostituta é poucas vezes impedida pelos agentes da lei e a organização irregular e o preconceito frente ao trabalho sexual colocam suas praticantes em uma zona de penumbra quando

se trata de seus direitos. Esses são rotineiramente violados pelos donos das boates, termas, agências de *escort* e casas noturnas que lucram, direta e indiretamente, com o trabalho sexual e que extraem uma taxa significativa de exploração dos trabalhadores através da utilização de uma série de mecanismos. Em outras palavras, embora a cafetinagem, em sua acepção mais brutalmente exploradora<sup>4</sup>, não pareça ser estruturalmente significativa na organização econômica da prostituição urbana (particularmente no Rio de Janeiro), existe uma série de agentes que exploram a prostituta, no sentido marxista da palavra, através da expropriação dos frutos de seu trabalho.

É importante que o leitor entenda que aqui não estamos falando da *exploração sexual*, artefato legal plástico e extremamente mal definido na jurisprudência brasileira que é utilizado, quase exclusivamente, para reprimir a prostituição. Quando falamos em *exploração* neste artigo, estamos falando do conceito marxista que estipula que todo trabalho remunerado, no capitalismo, envolve a extração da mais-valia. Neste sentido, a prostituição não é diferente de outras ocupações profissionais. Tem sido a posição, entre certa ala de pensadores feministas e marxistas, que o trabalho sexual é *exploração sexual* e, portanto, é classificável como sinônimo de *tráfico de mulheres* e/ou *escravidão*. Na visão desses analistas, as únicas coisas que podem ser compradas e vendidas no comércio do sexo são o corpo e a pessoa da mulher. Portanto, a *exploração sexual* é entendida como sinônimo de qualquer trabalho sexual e é qualificada como uma mutação da sociedade moderna ou, ainda, pós-moderna; uma reificação da barbárie. Essa posição ignora a realidade do trabalho sexual, como trabalho e a natureza da venda dos serviços, sejam esses sexuais ou de outra natureza, como comércio.

Se for verdade, como Marx e Engels afirmam, que os seres humanos “precisam comer, beber, se abrigar e se vestir [e], portanto, precisam trabalhar” (Engels, 1986, p. 376), é igualmente verdadeiro que precisam manter relações sexuais e que essas relações também podem ser vendidas como qualquer outro serviço. Sexo,

enfim, não pode ser visto como um campo à parte das relações socioeconômicas capitalistas. De fato, Friedrich Engels até faz questão de equiparar “a cortesã habitual” que “aluga o seu corpo por hora” com a trabalhadora assalariada, reservando para a esposa engajada num “matrimônio de conveniência” o rótulo de “escrava” (Engels, 1982 [1884], p. 20). Sob esta ótica, não existe razão necessária para entender a prostituta como menos trabalhadora ou mais escravizada que qualquer outra operária nas diversas áreas de serviços.

Enfim, no regime capitalista, a *exploração* é sinônimo de todo trabalhador e este fenômeno não pode ser equiparado com a *exploração sexual*, entendida, para fins do presente artigo, como situação análoga à escravidão. Neste ponto, gostaríamos de explicitar nosso entendimento sobre essa especificidade, a fim de evitar confusão entre a *exploração sexual* e a *exploração*, no sentido marxista da palavra: a demasiada maioria de nossas informantes, na medida em que se sentem exploradas, se sentem exploradas economicamente, enquanto trabalhadoras, e não enquanto mulheres supostamente rebaixadas à condição de escrava ou mero objeto inanimado. De fato, é importante notar neste contexto que as nossas informantes qualificam as batidas policiais, geralmente justificadas como medida repressiva da exploração sexual, como violação de seus direitos e dignidade.

A posição limiar da prostituição no Brasil como trabalho, legalmente reconhecido, porém não regulamentado, e a ilegalidade de lucrar com a labuta sexual de terceiros (qualificado como lenocínio pelo Código Penal brasileiro), têm configurado um campo de trabalho *sui generis*. Em geral, a prostituta é situada nesse campo como “independente”: uma espécie de pequena burguesa do sexo; alguém que controla seu corpo, entendido aqui como o meio chave para a produção do ato sexual. Porém, tal produção implica em uma série de outros insumos e meios de produção que, em geral, não são controlados diretamente pela prostituta e que precisam ser comprados ou alugados por ela. É

justamente aqui – na venda ou aluguel desses insumos – que a maior parte da expropriação do valor do trabalho da prostituta acontece.

Em primeiro lugar, a trabalhadora sexual precisa de um lugar onde pode encontrar o cliente e negociar os serviços sexuais. Isto não é tão fácil quanto pode aparecer à primeira vista, pois geralmente necessita a construção e manutenção de uma *região moral* – na acepção de Robert Park, uma região em que prevalece um código moral distinto, frequentada por pessoas que são “dominadas (...) por um gosto, paixão, ou interesse enraizado diretamente na natureza original do indivíduo” (1984 [1925], p. 45-48). Essas regiões têm que ser minimamente atraentes para os clientes, oferecendo um clima descontraído (geralmente regado a bebidas alcoólicas) e anônimo. Em outras palavras, a prostituta precisa da existência de algum lugar onde o cliente sabe que vai encontrar sexo à venda e que vai se sentir à vontade. Tal lugar pode ser virtual (um *site* na internet, por exemplo, ou uma central telefônica que articula clientes e garotas de programa), mas ele há de existir. Sendo a prostituição uma atividade estigmatizada e muitas vezes reprimida, a existência de tais regiões morais implica numa série de negociações constantes com autoridades e residentes locais o que, por sua vez, implica numa série de gastos.

Embora acreditemos que devam existir mulheres forçadas a entrar na atividade da prostituição contra sua vontade, até agora não encontramos nenhuma em nosso trabalho de campo. Por que, então, entram e continuam no ramo? Em geral, há uma razão predominante: frente às outras opções de trabalho, a prostituição é vista como maneira mais eficaz de garantir a essas mulheres uma verba suficiente não só para sobreviver, mas para ensaiar uma ascensão socioeconômica. Neste contexto, é importante notar que todas as nossas informantes reportam ter acesso a outras oportunidades de emprego e muitas têm trabalhado com carteira assinada. Contudo, a maioria exercia ocupações que pagam por volta de um salário mínimo<sup>5</sup> por uma jornada de mais que 40 horas semanais. Neste

contexto, é mister salientar que ainda não encontramos nenhum caso de mulher que ganhe menos que um salário mínimo com jornada semelhante na venda de serviços sexuais, mesmo nos lugares onde o trabalho sexual é mais desvalorizado.

Em conversas com prostitutas, três ocupações femininas emblemáticas foram quase sempre citadas pelas mulheres e logo descartados como possíveis saídas da prostituição. Essas são (em ordem crescente de frequência): trabalhos domésticos, a manutenção de uma casa como esposa e trabalho como caixa de supermercado. Esses trabalhos são sempre descritos como disponíveis, mas são desvalorizados, com a prostituição sendo descrita como uma atividade bem mais lucrativa e até menos desagradável. É bastante comum ouvir agentes políticos engajados na luta contra a prostituição opinar que “a educação e a profissionalização das meninas são a solução”. Todavia, é mister notar que a tão almejada “profissionalização” teria que criar uma verdadeira mudança de *status* socioeconômico, pois o que a maioria de nossas informantes dizem necessário para largar a profissão, é um salário equivalente àquele que ganha na venda dos serviços sexuais. Isto é dificilmente encontrado no mundo dos empregos tradicionalmente femininos. Como várias mulheres nos informaram, “não deixo de ser puta para ser caixa de supermercado. Imagina trabalhar por 50 horas por semana e ganhar um salário mínimo!”.

Na prática, a grande maioria das prostitutas não parece viver muito melhor que as desprezadas donas de casa e caixas de supermercado e, de fato, o casamento é uma das principais saídas da prostituição, de acordo com nossas informantes. Todavia, muitas mulheres salientam que as grandes vantagens da prostituição são sua flexibilidade em termos de jornada de trabalho e (entre as mais jovens) a possibilidade – remota, mas sempre presente – de ganhar muito dinheiro com clientes estáveis e/ou ricos. É nossa hipótese, então, que uma das motivações principais atrás da prostituição é a *ambição* e não a estrita *necessidade*. Entre todas as ocupações tipicamente femininas, somente a prostituição e o

casamento oferecem uma chance para alcançar a ascensão social, e neste sentido, a prostituição tem distinta vantagem: não atrela o futuro da mulher a um indivíduo qualquer.

De fato, embora muitas prostitutas fossem ou tivessem sido casadas ou ainda estejam buscando casar, o casamento em si é quase nunca entendido entre nossas informantes como, necessariamente, uma saída da prostituição. Em geral, existe uma grande desconfiança da capacidade do homem sustentar uma mulher. Nas palavras de Wilma<sup>6</sup>, mulher de 35 anos de idade, que trabalha numa boate em Copacabana:

Homem promete muita coisa, mas geralmente não consegue cumprir suas promessas. Pior: quando você casa com um homem, aí sim ele se acha seu dono. O que eu faço aqui na rua não é nadinha diferente daquilo que fazia em casa, quando era casada. Ou você acha que trepava com meu marido todos os dias porque morria de tesão e amores por ele? Não, senhor! Era um trabalho, igual a esse aqui. Minto: era um dever. E você não ganha nada por um dever. Aqui sou paga por aquilo que faço, pelo menos. Meu marido nunca me pagou. Aliás, era eu que vivia dando dinheiro para ele.

Mesmo nos casos onde o relacionamento com o marido é mais harmonioso, porém, existe um reconhecimento do fato de que, no atual mercado de trabalho, um salário dificilmente sustenta uma família inteira. Como dizia Dara, prostituta de 40 anos de idade, atuante na prostituição de rua na Praça da República, no Rio de Janeiro,

Meu marido não consegue cobrir as despesas da casa sozinho.” Ele se rala, mas ganha o salário mínimo. O que fazer, então? Já são passados os dias em que o homem ganhava suficiente para a mulher ficar em casa, cuidando da criançada. Talvez era assim nos dias da minha avó, mas hoje em dia todo mundo tem que

ralar. Pelo menos [trabalhando] assim, eu ganho suficiente para ajudar lá em casa e ainda sobra tempo para cuidar da minha filha. Venho pra cá [a Praça da República] na sexta à noite, deixando Nina [sua filha] em casa com Beto [seu marido]. Aí, trabalho até que ganho uns 150-200 reais e volto, geralmente no domingo de manhã. Fico, então, o resto da semana em casa enquanto Beto trabalha. Ele sabe o que faço e sabe que não é por amor, nem sacanagem. Já falei pra ele: “Eu paro a hora que você quiser, mas é bom você poder, então, levar toda essa cambada nas costas, porque não vou achar outro trabalho que pague tanto quanto esse e que me deixe ficar em casa seis dias por semana.

Para Dara, então, a prostituição – longe de ser uma ameaça para a família – virou a única maneira através da qual ela podia reproduzir adequadamente a vida doméstica. Várias das nossas informantes casadas têm oferecido afirmações semelhantes. Como dizia Janice, mulher de 25 anos, também operante na Praça da República, “ser esposa e mãe de família, meu bem? A única maneira que posso fazer isto é sendo puta. Você acha que poderia cuidar bem dos meus filhos e meu marido sendo caixa de supermercado? Mas nem fudendo! Aliás, é isto mesmo: só fudendo.”

É mister notar neste contexto que, mesmo trabalhos mais bem posicionados em termos de remuneração, muitas vezes, também perdem em termos econômicos para a prostituição. Janice e Wilma trabalham na base de programas de um real por minuto e, tipicamente, ganham 20 reais por programa, sendo que 25 programas – ou pouco mais que 8 horas de trabalho sexual – rendem o equivalente a um salário mínimo. Vânia, porém, tem 31 anos de idade – 9 anos de prostituição – e trabalha no centro da cidade, nas Termas Dado de Quatro<sup>7</sup>. Ela deixou carreira de corretora de imóveis para virar prostituta:

Meu antigo trabalho pagava bem, quando o dinheiro entrava. As vezes ganhava

até dois mil reais por mês. Mas tinha períodos em que nada – absolutamente nada – entrava. Aí, uma amiga me falou sobre o disco Help, em Copa. Lá, eu ganhava 200 reais por programa – que me ajudava pra cacete – e ainda poderia trabalhar como corretora, mas não gostava porque eu tinha que voltar para o hotel do cliente e nunca se sabe ... [i.e. o cliente poderia ser violento ou recusar pagar]. Então, me ofereceram um emprego na Termas Unicórnio. Lá, eu só ganhava 160 por programa e tinha que trabalhar todos os dias, mas era bem mais seguro. Três anos mais tarde eu vim pra cá, pois briguei com o dono da Termas. Agora estou pensando em largar a sacanagem e voltar a ser uma corretora, pois já estou ficando velha demais para ser puta. Só que dessa vez, já tenho meu apartamento e carro, tudinho pago pela putaria. Agora, com base segura, posso aguentar firme e forte as épocas de vacas magras.

Vânia também cogitava escrever um livro contando sua vida como trabalhadora sexual nas termas do Rio. Seu depoimento é particularmente rico, pois nos oferece uma série de informações sobre a lógica econômica da prostituição e até de sua configuração como carreira. Formada com educação universitária e trabalhando numa profissão classe média, Vânia inicialmente visava o trabalho sexual *freelance* na discoteca Help como uma maneira de superar as crises financeiras periódicas criadas pela natureza economicamente incerta do ramo imobiliário. Ela largou a disco e sua carreira como corretora, porém, para trabalhar em termas, ganhando menos por programa mas também lucrando com mais segurança. Vânia descreve sua saída da Unicórnio como resultado de uma briga com seu chefe, mas é importante salientar que a termas referida é a mais cara do Rio de Janeiro e emprega somente mulheres bastante jovens. Neste contexto, é bem provável que os desentendimentos entre nossa informante e seu chefe tenham a ver com sua idade, que era bem avançada para os padrões da

termas. Deixou, então, o Unicórnio para trabalhar no menos exclusivo Dado de Quatro e agora estava se classificando como “velha demais” para trabalhar naquele local também.

A carreira de Vânia, então, seguia o rumo de *carreira decadente*, descrito por Paul G. Cressy na obra clássica da antropologia urbana *The taxi dance hall* (2008 [1932]). De acordo com esse autor, nos ramos ocupacionais que prezam a beleza, a idade tende a exercer uma pressão decadente na carreira da trabalhadora individual. Sendo mais velha, num lugar cheio de moças jovens, a indivíduo terá que se esforçar cada vez mais para conseguir clientes. Existem duas soluções para este dilema: sair do ramo ou mudar-se para lugar menos exclusivo para conquistar uma posição mais competitiva com relação às outras trabalhadoras. Cressy afirmava que o resultado final desse processo era a “redução” da dançarina do *taxi dance hall* (presumivelmente branca) às casas mais baratas frequentadas por chineses e negros. No contexto da prostituição carioca, podemos imaginar tal processo desembocando, mais cedo ou mais tarde, nos pontos de rua em torno da Central do Brasil, lugar de prostituição unanimemente indicado por mulheres e clientes, como o mais barato e perigoso do Rio de Janeiro. Em vez de seguir carreira adiante, porém, Vânia visava “recolher suas cartas da mesa” e voltar à sua antiga profissão de corretora, dessa vez financeiramente reforçada pelos bens conquistados como trabalhadora sexual.

Nem o casamento, nem outros empregos podem substituir, necessariamente, a prostituição como meio de ganhar a vida. O caso de Vânia é um caso raro em que uma informante relatou ter deixado um emprego relativamente bem pago para trabalhar no ramo do sexo comercializado. Todavia, é mister salientar, neste contexto, que *todas* as nossas informantes, sem exceção, deixaram outros empregos para a venda dos serviços sexuais (ou, em alguns casos, ainda combinam a prostituição com outras formas de trabalho). Sentimo-nos, então, seguras para dizer que é raro alguém entrar no ramo porque não tem acesso a outras formas de trabalho.

A moda recente, entre certos pesquisadores da prostituição, tem sido denunciar a noção de que a decisão de se prostituir poderia ser considerada como “livre”, dadas as limitações estruturais impostas no trabalho feminino por um sistema socioeconômico patriarcal e capitalista. Julia O’Connell Davidson articula bem essa posição quando ela observa que é “a compulsão econômica que impulsiona [mulheres] para o trabalho sexual,” sendo que mesmo nos Estados Unidos, país cujo PIB *per capita* é sensivelmente maior que o do Brasil, “muitas mulheres e meninas ‘escolhem’ se prostituir em vez de entrar nos 35% da população feminina, economicamente ativa, que ganha um salário miserável”. De acordo com O’Connell Davidson, escolher entre a venda do sexo e o trabalho como empregada doméstica, ganhando um salário mínimo, não pode ser qualificado como uma escolha de verdade:

Descrever tais indivíduos como exercendo seus direitos de autossobrerania é tão ridículo quanto dizer que a prostituição representa uma violação de sua dignidade. Não existe dignidade alguma na pobreza, que nega a verdadeira agência à pessoa (O’Connell-Davidson, 2002, p. 94).<sup>8</sup>

O’Connell Davidson pretende criticar a posição hegemônica feminista norte-americana que, em suas palavras, “nega a possibilidade de apoiar os direitos daquelas pessoas que trabalham na prostituição, mas que ainda permanecem críticas das desigualdades sociais e econômicas que subscrevem as relações de mercado em geral e a prostituição em particular” (p. 85). Todavia, tal posicionamento implica em duas grandes pressuposições morais e teóricas que dificultam o estudo sociocientífico da prostituição.

Em primeiro lugar, o posicionamento “estruturalista” de O’Connell Davidson constrói uma situação ideal e utópica (a “igualdade”), nunca encontrada em relações sociais vividas na realidade (pelo menos em sociedades de grande escala), para criticar a situação empírica (a “desigualdade”) dentro do qual a prostituição funciona. Assim, a autora viola uma das regras

principais da investigação sociocientífica traçada por Emile Durkheim, pois retrata os fatos sociais não como coisas a serem observadas, mas como construções morais que devem ser avaliadas de acordo com teorias filosóficas e/ou religiosas previamente estabelecidas (Durkheim, 1978). Em segundo lugar, tal posicionamento confunde a noção liberal iluminista de *agência* (isto é, todo indivíduo é um ser livre, sem limites nas suas atividades além daqueles por ele mesmo impostos) com o conceito antropológico do mesmo (todo indivíduo toma decisões dentro de um campo socioculturalmente definido de possibilidades e tais decisões têm o potencial de alterar significativamente sua trajetória de vida. Agora passemos a um dos exemplos da aplicação de combate ao turismo sexual em São Paulo.

#### São Paulo e o turismo sexual: um estudo de caso

(...) Olha, neste caso, a gente trabalha com a sensibilização com esses taxistas, então a gente distribui matérias, aí eles a gente esclarece e depois a gente trabalha com as associações que eles fazem parte, as cooperativas, os sindicatos trazendo eles como agentes multiplicadores. Tem um curso de formação. Nós estamos agora muito preocupados com a Copa. Estamos vendo com o comitê organizador da Copa para pautar o tema e vamos trabalhar os profissionais que vão estar envolvidos na Copa, vamos dar um curso e fazer uma certificação especial para eles, deixar claro esta questão do tráfico de mulheres envolvendo estrangeiros aqui em São Paulo. Aqui em São Paulo pegando o eixo da sua tese, da tua pesquisa, um grande veículo pra este tipo de aliciamento são os grandes momentos que há estrangeiros na cidade sobretudo no carnaval. Nós realizamos uma campanha com o foco na mulher negra no carnaval, porque via escolas de samba, elas são um produto fácil. De todas as conquistas, muitas delas foram de proposta de casamento, de trabalho... emprego.

Muitas delas com contrato de trabalho, outras saíram casadas, muitas delas saem casadas, relativamente envolvidas e vão, não é? E elas aceitam essas propostas porque isso está aliado à melhoria de vida dessas pessoas, à expectativa de futuro, quer seja no casamento quer seja profissionalmente.<sup>9</sup>

Este trecho é de quando pesquisávamos o que o Estado pensava sobre as relações afetivo-sexuais entre mulheres brasileiras e homens estrangeiros e fez parte da pesquisa que desenvolvi na USP, em meu pós-doutorado intitulado *O que a brasileira tem? Estudo sobre “cor” e sexualidade entre mulheres brasileiras e homens estrangeiros*. Tal fala não seria de grande relevância se não fosse levado em conta o que significa São Paulo em relação ao turismo sexual internacional, que passo a descrever a seguir.

A cidade de São Paulo, diferentemente das cidades do Nordeste e o Rio de Janeiro, não tem sido entendida pelo senso comum como região que permita a existência de uma cena voltada ao turismo sexual internacional. Em geral, quando se pensa em turismo sexual no Brasil, imaginam-se praias, mulatas, a vida tropical exótica e a pobreza (Blanchette; Silva, 2010; Piscitelli, 2004). Simbolicamente, São Paulo parece contradizer essas imagens, sendo geralmente qualificada por brasileiros e estrangeiros como uma metrópole moderna, relativamente rica e – acima de tudo – não exótica, mas *ocidentalizada* e *europizada*.<sup>10</sup>

Embora São Paulo simbolize tudo o que seja moderno no Brasil, por ser brasileira e também internacional, a cidade não escapa de uma espécie de “cosmopolitismo tropical” que é bastante explorado pela indústria de turismo. Neste contexto, não é de surpreender que a *sexscape*<sup>11</sup> de São Paulo apresente semelhanças significativas em relação às outras regiões do Brasil. Ao mesmo tempo, a configuração física da cidade (massa urbana amorfa e enorme, que carece de pontos turísticos legíveis para estrangeiros) e sua *vocação* de destino para o assim chamado *turismo de negócios* criam reflexos *sui generis* na configuração das interações entre sexo comercial e deslocamentos (inter)nacionais.

Vale lembrar que Rio e São Paulo são os lugares mais citados por turistas sexuais anglofalantes autoassumidos nos *sites* mais populares de internet dedicados às viagens internacionais em busca do sexo, superando em número o total de relatórios referentes a todas as cidades do Nordeste. Neste sentido, um dos objetivos da pesquisa foi pensar sobre as convergências e as divergências entre as duas maiores cidades do país e como elas se apresentam para o mercado sexual internacional no contexto *sexscape* mais generalizado do Brasil

Em geral, o apelo ao turismo sexual está mais relacionado ao Rio de Janeiro do que a São Paulo. Por ser entendido como possuidor de uma natureza exuberante, praias famosas e vida noturna agitada, o Rio de Janeiro tem produzido, no mundo e no Brasil, uma imagem de paraíso tropical, particularmente nos aspectos de lazer e das relações sexuais/afetivas, segundo Blanchette & Silva (2005). Simplificando, na *sexscape* global o Rio é visto como destino exótico, romântico e sexy, e este “mito” é amplamente repetido mundo afora, tanto por brasileiros quanto por estrangeiros<sup>12</sup>.

No caso de São Paulo, apesar de ser a maior metrópole do país, por contraste, geralmente é associada pelo senso comum ao espaço do trabalho e dos negócios. A pesada industrialização do estado de São Paulo ao longo do século XX conferiu ao imaginário a noção de uma cidade cinzenta, porém, moderna, onde as pessoas correm para não perder o primeiro apito da fábrica mais próxima. Num outro cenário, os estudos da sociologia clássica, conhecida como “Escola de Sociologia Paulista”, produziram inúmeros trabalhos sobre o significado e o processo de industrialização na cidade de São Paulo e suas consequências na vida social paulistana. Tais estudos, de alguma forma, incrementaram o imaginário da cidade industrializada voltada para o mundo do trabalho.

Nos últimos anos, porém, o apelo de São Paulo como destino turístico tem sido incentivado, dentro e fora das fronteiras nacionais, através de peças publicitárias que salientam o potencial turístico da cidade. Ao visitar o *site* da Secretaria Estadual de Turismo e Lazer do

Estado de São Paulo,<sup>13</sup> nota-se o esforço em promover a cidade e o estado para além das fronteiras dos negócios e do mundo do trabalho<sup>14</sup>. No entanto, o carro-chefe de sua propaganda turística, o turismo de negócios, ainda é o grande chamariz para visitantes de toda a parte. Na propaganda oficial o argumento é:

(...) O estado de São Paulo é o centro financeiro e de negócios do país. Nele se concentram os principais conglomerados de serviços e indústrias, de geração e oferta de empregos e de mão de obra qualificada. Continua sendo o grande polo das principais oportunidades, segmentação de produtos e serviços e da expansão dos negócios.

Neste contexto, ir a trabalho para São Paulo significa, para o setor turístico, uma possibilidade de transformar uma atividade que nem sempre é associada ao lazer em potencial diversão (e, conseqüentemente, aumentar a quantidade de dinheiro que o turista deixa na cidade). A Secretaria de Turismo, atenta às possibilidades de aumentar esse setor, salienta que o viajante de negócios ainda pode desfrutar das outras modalidades de vida oferecidas pela cidade, entrando nas rotas de turismo histórico, litorâneo, de entretenimento, de aventura, cultural, de saúde, familiar, esportivo, de compras, gastronômico e ecológico. Em conjunto com essa ênfase na combinação de negócios com turismo – o assim chamado *turismo de negócios* – também é notável que a cidade de São Paulo pareça ganhar cada vez mais destaque – tanto internacional quanto nacional – como espaço que oferece múltiplas opções de lazer sexual.

Após esta breve exposição sobre a tendência da imagem da cidade de São Paulo em termos turísticos, pode-se afirmar que o foco central de sua propaganda, particularmente para atrair visitantes, não está centrado na época do Carnaval. Um dos *marketings* é seguramente o turismo de negócios. São Paulo, segundo meus levantamentos, concentra o maior número de feiras e congressos relativos ao mundo dos

negócios que qualquer outra cidade brasileira. Conseqüentemente, é nestes eventos que o número de visitantes estrangeiros e nacionais aumenta consideravelmente na cidade.

No entanto, a secretária de Direitos Humanos afirmou que o número de estrangeiros, particularmente do “estrangeiro potencialmente aliciador” à procura, também, de certo tipo de mulher brasileira (negra e/ou mulata) se concentra na época do carnaval paulistano, mas, em outro momento da entrevista, informou que todo o plantão da secretaria fica em alerta na época dos ensaios das escolas de samba e durante o período da festa propriamente dito. Quando indaguei sobre as feiras de negócios que São Paulo abriga durante todo o ano e o número de estrangeiros que estão envolvidos e se a secretaria tinha algum tipo de política em relação a isto, a coordenadora me respondeu que, em sua maioria, os estrangeiros são diferentes nestes casos. São raros os casos de “aliciamento” por parte destes, já que estes são homens de negócios e não estão a passeio, mas no carnaval “o perfil é outro”, segundo suas próprias palavras.

Dentro desse contexto, a presunção da Secretaria é que o estrangeiro atraído pelo carnaval é aquele que não está ligado a nenhum tipo de compromisso formal na cidade e nem atrelado a alguma corporação e vem ao Brasil, especificamente desacompanhado, à procura de uma mulher. É possível afirmar, também, a partir de uma análise mais detalhada do que a responsável por estas políticas coloca, que um certo tipo de mulher negra e/ou mulata não está circulando nos eventos de negócios que a cidade de São Paulo sedia (apenas nas escolas de samba) e, portanto, o plantão antitráfico não precisa ser mobilizado nestes momentos indicando então que existe um perfil muito específico de homem estrangeiro e mulher brasileira que o estado paulista está preocupado em observar em relação ao tráfico internacional.

Por outro lado, na minha pesquisa fiz um levantamento para saber em que ocasiões os estrangeiros procuram São Paulo e descobri que a grande maioria chega à cidade durante os períodos dos congressos e feiras de negócios à procura “diversões sexuais”. Não encontrei nenhum

relato que explicitasse ser o carnaval o período de maior entrada na cidade paulistana. Este dado é relevante para refletir sobre os símbolos que estão sendo operados ao revelar que existe um perfil de homem estrangeiro e mulher brasileira que merecem atenção do Estado, particularmente quando se trata da política antitráfico.

Neste sentido, argumento que a Secretaria dos Direitos Humanos segue a visão do senso comum na correlação entre sexo, gênero, cor e classe ao afirmar que as mulheres “negras e mulatas pobres” são os “produtos de consumo” mais desejáveis no mercado do sexo, e que uma suposta superexposição do sexo no Carnaval, e destas mulheres de biquínis em cartões-postais, é o meio de informação primordial desses estrangeiros sobre as mulheres brasileiras. Ainda, como a própria coordenadora me informou, “aceitam essas propostas porque isso está aliado à melhoria de vida dessas pessoas, à expectativa de futuro, quer seja no casamento, quer seja profissionalmente.”

O que podemos interpretar destas situações é que a brasileira considerada potencialmente mais vulnerável ao tráfico é advinda das classes populares, negra e/ou mulata que, segundo a secretaria, veem sua exposição no carnaval como “uma oportunidade” para aceitar propostas de trabalho ou casamento de homens estrangeiros que chegam desacompanhados, apresentando-se como turistas normais, mas potencialmente aliciadores, pois estão aqui apenas no período em que, supostamente, estas mulheres aceitariam mais facilmente suas propostas do que aquelas frequentadoras das feiras e congressos de negócios, por exemplo. Neste sentido, a secretaria opera com uma imagem clássica em que, o assim entendido par “suspeito”, é um casal heterocromático e desigual em termos de classe e que, geralmente estas mulheres vêm de condições precárias em termos de oportunidades de dinheiro e emprego e enxergam, nos relacionamentos com estes homens a chance de uma saída para suas vidas. E, por esta razão, elas são mais passíveis de serem enganadas.

A partir dessa ótica, o “turismo sexual” é entendido como mazela que deve ser “limpa”

da cidade e o mais relevante é que um determinado tipo de par envolvido merece a atenção do Estado (homem estrangeiro sozinho sem nenhum vínculo institucional formal com o Brasil e mulher brasileira oriunda das classes populares negra e/ou mulata).

### **Políticas de combate ao turismo sexual: prevenção ou política “higienista”?**

Como afirmamos anteriormente, alguns setores tem, insistentemente, acusado as peças publicitárias da Embratur de formadoras da exagerada imagem sensual da mulher brasileira, além de terem disseminado mundo afora a certeza de que a permissividade sexual é aqui praticada, particularmente por aquelas não brancas. Tais peças foram produzidas entre os anos 1970/1980 e tinham como principal componente a divulgação de cenas do carnaval carioca em que eram exibidas imagens de mulheres em trajes sumários e também cenas destas de biquínis na praia, além de praias, natureza e cidades históricas. Esta campanha visava estimular o turismo internacional para o Brasil e foi veiculada pelas agências de turismo mundo afora. Alguns setores da sociedade civil, a partir dos anos 1990 particularmente, com a intensificação das discussões sobre a questão do tráfico de mulheres e turismo sexual no Brasil passaram, então, a apontar estas propagandas como grandes responsáveis pelo aumento de homens estrangeiros vindos da Europa e EUA para a prática do turismo sexual e até mesmo tráfico de mulheres, em situação de maior vulnerabilidade, para prostituição no exterior.

É importante salientar, de maneira resumida, a necessidade de uma discussão mais ampla e profunda a respeito das visões estrangeiras sobre o Brasil e suas mulheres, para esclarecer se a forma como o turismo sexual e o tráfico de mulheres são abordados advêm desses comerciais. É importante salientar que as imagens gringas sobre o Brasil vão muito além das imagens que a Embratur produziu. Em resumo, elas estão relacionadas, em parte, com a história do processo de miscigenação e as teorias do final

do século XIX sobre as hierarquias raciais surgidas na Europa, e suas apropriações na construção da nação brasileira.

Em oito anos de pesquisa em Copacabana e três em São Paulo, não encontramos um turista sequer que tenha citado as propagandas da Embratur como fator que influenciou sua vinda ao Brasil e nem a visão de que a mulher brasileira é mais quente sexualmente porque viu fotos de mulheres de biquínis sumários na praia de Copacabana. Em geral suas ideias sobre o país e sua potencialidade “exótica” vêm informadas de outras fontes construídas, ao longo dos séculos, por viajantes que por aqui passaram, ou pela imagem que o Brasil, ao longo do tempo, tem tentado construir sobre si nos diversos contextos históricos, e apresentada em vários filmes e obras de literatura, mundo afora. Um exemplo desta afirmação pode ser constatado numa fala de nossos entrevistados: “(...) soube do Brasil quando assisti a um documentário na *National Geographic* sobre as praias selvagens brasileiras. Fiquei encantado e decidi que aquele paraíso, que eu via passar na minha tela: natureza exuberante, vida tranquila e povo igualmente fascinante e exuberante deveria ser desbravado”.

É interessante notar, neste pequeno trecho da entrevista, que boa parte de nossos interlocutores citam a natureza como uma das primeiras imagens que tiveram sobre o Brasil e, em muitos casos, associam esta paisagem “exótica” a um estilo de vida também “exuberante e exótico” do povo brasileiro. Curiosamente, alguns setores dos movimentos sociais têm cobrado do Brasil que foque suas propagandas turísticas no potencial da natureza e da cultura como antídotos ao turismo sexual. No entanto, o que alguns historiadores, como Lilia Schwartz, demonstram é que a simbologia da natureza evoca uma visão de um paraíso exótico e sexualizado por si só. E, no registro da cultura, é interessante notar que o foco – tanto das novas propagandas turísticas supostamente inoculadas contra a promoção do turismo sexual, quanto das falas de nossos entrevistados – evidencia admiração para os mesmos fenômenos culturais: capoeira,

dança afro, carnaval e uma religiosidade afro-brasileira, entendida como exótica e oculta pelo olhar euro-americano – todo um arcabouço cultural, enfim, associado com a celebração do corpo, com nossa suposta herança africana, ou com a noção de práticas exóticas e raras que são tidas como genuinamente “brasileiras”.

Portanto, é errôneo afirmar que as propagandas da Embratur, que enfatizaram o corpo brasileiro como atrativo, foram unicamente – ou até primariamente – responsáveis pelo suposto aumento do turismo sexual nas cidades brasileiras (suposição, aliás, afirmada mas nunca quantificada). As razões desta procura se inserem num complexo jogo de fatores que vai além destas propagandas e possui uma longa tradição histórica na interação entre brasileiros e estrangeiros. No entanto, devemos nos perguntar como estas imagens foram construídas. Isto não se resume numa resposta simples em que podemos apontar para este ou aquele fator que propiciou a formação destas imagens, mas deve nos informar que elas foram construídas num complexo vínculo de relações entre brasileiros e estrangeiros.

A partir dessa ótica, o “turismo sexual” é entendido como uma mazela social que deve ser “limpa” das cidades e o mais relevante é que um determinado tipo de par envolvido merece a atenção do Estado no que diz respeito ao controle e à repressão (homem estrangeiro sozinho sem nenhum vínculo institucional formal com o Brasil e mulher brasileira oriunda das classes populares negra e/ou mulata). É importante ressaltar que as políticas de combate ao turismo sexual e, mesmo, a definição da Organização Mundial do Turismo (OMT) não são racializadas, contudo, quando aplicadas ao contexto brasileiro, acabam sendo utilizadas para sanar questões domésticas. Neste caso, a questão racial histórica, a relação com estrangeiros e a própria noção do Brasil como nação entram em jogo. Tal visão foi bem explicitada pela a historiadora Cristiana Schettini, ao analisar a substituição nas primeiras décadas republicanas no Rio de Janeiro:

(...) A chegada de trabalhadores estrangeiros e a grande quantidade de trabalhadores negros livres que circulavam pela cidade eram, aos olhos do jornalista e das autoridades públicas, parte de um mesmo problema – o de controlar uma multidão diversificada que inundava a cidade naquele momento de reorganização das relações de trabalho. (...) o qualificativo ‘labirinto negro’ foi pertinente para o Rio de Janeiro ao longo de boa parte do século XIX, quando a cidade possuía a maior população escrava urbana das Américas. Como mostrou Sidney Chalhoub, se por um lado a expressão remete ao pânico permanente que essa concentração urbana de escravos provocava nas autoridades públicas, ela também é sugestiva das formas encontradas por essa população para ocupar a cidade em suas lutas por liberdade, transformando-a em ‘cidade esconderijo’, criando seus próprios territórios, suas redes de amizade e solidariedade. [...] Ao aplaudir as medidas policiais contra as moradias de prostitutas, Ferreira da Rosa somava-se a um projeto republicano mais amplo, que procurava desarticular a memória das lutas e das experiências de solidariedade dos escravos e trabalhadores pobres livres nas últimas décadas da monarquia, numa estratégia em que suas habitações coletivas eram alvos prioritários. Os novos grupos de trabalhadores que começavam a criar suas próprias relações de solidariedade eram incluídos pelo jornalista num mesmo registro de degeneração, ameaça social e insalubridade (Schettini, 2006, p. 132).

A longa passagem acima é importante para pensarmos sobre alguns aspectos históricos a respeito da prostituição, turismo sexual e o papel da imprensa e setores políticos. A autora relata em sua pesquisa que os discursos em torno do controle acerca da prostituição estavam imbuídos de um projeto nacional em que era implementada uma “limpeza” das

áreas em que tal comércio existia e todo o seu aparato.

A ideia da conversão do país à modernidade implicava num controle dos chamados “indesejados” na cena urbana do Rio de Janeiro, no início do século. Importante, também, na passagem acima, é o papel da imprensa na denúncia e informação dos setores formadores de opinião pública a apoiarem as políticas repressivas do governo. Podemos afirmar que o atual momento é parecido ao que Schettini (2006) descreveu: em nome de um projeto de modernização e da entrada do Brasil no cenário internacional como país estratégico vem-se apontando para uma pressão interna no controle dos chamados grupos “indesejáveis”. Neste sentido, as políticas de combate ao turismo sexual servem a estes propósitos. Acabam sendo utilizadas para resolver problemas internos, como um controle de mulheres geralmente não brancas e pobres e homens estrangeiros entendidos como “não normativos”.

O mesmo movimento podemos observar em relação aos fechamentos das casas de prostituição efetuados pelos governos no Rio de Janeiro e São Paulo onde, somente alguns pontos, estão sendo visados pelo Estado, principalmente aqueles que se estabelecem em lugares decadentes, públicos, ou que se abrigam em *venues* que são consideradas “irregulares” por estas cidades e são alvos da constante repressão e, conseqüentemente, de seu fechamento, de acordo com os levantamentos que fiz ao longo da pesquisa.

É necessário reforçar que o combate ao turismo sexual não está circunscrito a uma cidade brasileira e esta generalização faz parte de uma tendência de propagandear uma imagem muito comum aos olhos brasileiros e também estrangeiros de que existem sujeitos responsáveis pelo perigo do “tráfico” nas cidades brasileiras e, que estes, são bastante identificáveis na cena nacional.

Com Michel Foucault (2006) e sua teoria sobre o biopoder, podemos pensar o papel histórico do Estado ao se ver obrigado a produzir políticas que regulassem uma população que, no

final do século XIX, era vista como potencialmente degenerável, em função de sua grande miscigenação e perigosamente afastava-se de um ideal “branco”, luso-católico. As diversas políticas foram pensadas em conjunto com uma série de teorias raciais que, conseqüentemente, foram sendo apropriadas do racismo científico europeu, mas como Schwarz (1996) demonstrou, em *O espetáculo das raças*, utilizadas de maneira bastante peculiar e específica para resolver os problemas domésticos nacionais.

Dentro deste contexto, é possível afirmar que os discursos construídos a partir dos movimentos intelectuais e implementados como políticas de Estado foram fundamentais na constituição de políticas disciplinares e reguladoras do corpo e da sexualidade no Brasil na virada dos séculos XIX-XX, o que produziu formas de controle da população e dos tipos possíveis de cruzamento entre os indivíduos, além de possibilitar um mapa classificatório e hierárquico dos grupos sociais, legitimando-se a escolha daqueles que escapariam da degeneração e os que estavam a ela condenados. É bom deixar claro que, apesar da miscigenação ser vista por alguns como inevitável já que a população se misturava, acreditava-se, no caso brasileiro, ser possível ao menos controlar e ordenar quais os tipos permitidos. O par: mulher negra/homem branco, neste sentido, fez parte deste imaginário como ideal da mistura, mas como Laura Moutinho (2006) apresentou em seu trabalho, em vários momentos da história, na prática, este par foi bastante condenado, particularmente quando se interligava a uma determinada classe social (no caso das mulheres) e a um tipo de branco (como Giralda Seyferth (1985) demonstrou em diversas ocasiões em seu trabalho sobre o controle e repressão ao “branco” errado).

A partir do que foi dito, uma das hipóteses que sustento é que a atual política nacional de combate ao turismo sexual implantada segue, em muito, este complexo jogo em que determinados grupos devem ser “disciplinados”, “ordenados” e higienizados no intuito de não produzirem uma visão “errada” do Brasil aos olhos internacionais e, de certa forma, atender a uma

elite e classe média que percebem que determinados grupos não devem ter os mesmos direitos e precisam ser vigiados e “disciplinados” pelo Estado.

Refiro-me à “disciplina” porque, como outros autores discutiram em diversos momentos, o combate ao turismo sexual não tem como objetivo principal punir, mas tão somente regular e moralizar sexualmente um determinado tipo de casal (homem branco estrangeiro entendido como forasteiro e mulher negra classe popular) que é entendida, atualmente, como responsável pela proliferação dos “vícios” ilegais (como tráfico de pessoas e outros).

No Brasil, no nível popular, é um termo acusatório que pode ser aplicado para descrever as atividades de qualquer gringo sexualmente ativo e mulheres brasileiras não brancas envolvidas. A mídia e as instituições governamentais brasileiras, porém, junto com crescente parcela das ONGs sustentam que o turismo sexual é sinônimo de abuso sexual de crianças e adolescentes e utiliza esta definição para lançar projetos de intervenção que buscam “higienizar” determinados ambientes urbanos, removendo prostitutas e seus clientes.

A atual onda de combate ao turismo sexual nas grandes cidades brasileiras têm passado não serve para organizar e regular o mercado sexual mas, cada vez mais, o transformar em atividade ilegal na prática, sendo que prostituição não é crime pela lei brasileira. De acordo com as práticas efetuadas, se transforma em uma prática ilegal em nome da “proteção” de supostas vítimas. Por outro lado, atrela a prática da prostituição a uma exploração e a deixa distante de ser reconhecida como uma atividade econômica legítima. E penaliza um determinado grupo de mulheres que está em processo de ascensão a partir dos seus relacionamentos afetivos-sexuais com homens estrangeiros, colocando-as como vitimizadas, potencialmente vulneráveis ou dotadas de uma sexualidade lasciva que necessita ser controlada, com objetivo de se produzir uma visão menos nociva do país aos olhos estrangeiros. Em nome desta dita “proteção” cerceia-se direitos e se retira qualquer

possibilidade de agência destas mulheres. Ou seja, se exerce um controle social e sexual sobre as mulheres não brancas e de classes populares historicamente entendidas como “problemáticas”, sobre cujos corpos e vontades deve haver um controle.

Por fim, nossas pesquisas têm demonstrado que o combate ao turismo sexual revela uma prática histórica em relação a como devem ser tratados determinados grupos sociais no Brasil, particularmente aqueles constituídos de mulheres não brancas e de classes populares.

### Referências bibliográficas

- BLANCHETTE, T.; SILVA, A. P. Amor um real por minuto: a prostituição como atividade econômica no Brasil urbano. In: CORREA, S.; PARKER, R. (orgs.). *Sexualidade e política na América Latina: história, intersecções e paradoxos*. Rio de Janeiro: Editora Abia, 2011.
- \_\_\_\_\_. “Nossa Senhora da Help: sexo, turismo e deslocamento transnacional.” In: *Cadernos Pagu*, n. 25. Campinas: 2005.
- CARRARA, S.. *Tributo a Vênus: a luta contra a sífilis no Brasil, da passagem do século aos anos 40*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1996.
- CHAME. *Europa: um conto que ninguém conta*. Bahia: Chame/Niem, 1998.
- Cressy, P. G. *The taxi dance hall*. Chicago: University of Chicago Press, 2008 [1932].
- DURKHEIM, E. As regras do método sociológico. In: GIANNOTTI, J. (org.) *Os Pensadores: Durkheim*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- ENGELS, F. *A origem da família, da propriedade e do Estado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
- \_\_\_\_\_. Karl Marx. In: *Karl Marx and Frederick Engels: Selected Works*. NYC: International Publishers, 1986.
- FOUCAULT, M. Aula de 1976. In: *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- JORNAL DE PERNAMBUCO PUBLICA propaganda contra gays. Amanda Previdolli. *Exame.com*. Disponível em <<http://exame.abril.com.br/brasil/politica/noticias/jornal-de-pernambuco-publica-propaganda-contra-gays>>. Acesso: 20 dez. 2012.
- MOUTINHO, L. *Razão, cor e desejo: uma análise comparativa sobre relacionamentos afetivos-sexuais inter-raciais no Brasil e na África do Sul*. São Paulo: Unesp, 2006.
- O’CONNELL D. J. “The rights and wrongs of prostitution.” In: *Hypatia*, v. 17, n. 2, 2002.
- PARK, R. E.; BURGESS, E. W. *The City: suggestions for the investigation of human behavior in the urban environment*. Chicago: University of Chicago Press, 1984.
- PISCITELLI, A. Entre a Praia de Iracema e a União Europeia: turismo sexual internacional e migração feminina. In: PISCITELLI, A.; GREGORI, M. F.; CARRARA, S. (org.). *Sexualidades e Saberes, convenções e fronteiras*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- RAGO, M. *Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- SCHETTINI, C. *Que tenhas o teu corpo: uma história social da prostituição no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.
- SEYFERT, G. *A Antropologia e a teoria do branqueamento da raça no Brasil: a tese de João Batista Lacerda*. Museu Paulista, n. 30, 1985.
- SCHWARCZ, L. M. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

### Notas

- 1 Para maiores informações sobre o assunto ver: Carrara (1996) e Rago (2008).
- 2 Ver: Blanchette e Silva (2005) e Piscitelli (2004).
- 3 Para maiores informações sobre o serviço de *call girls* ver: Blanchette e Silva (2005).

- <sup>4</sup> Referimo-nos aqui, à visão estereotipada do cafetão (ou cafetina) como indivíduo que possui um “estábulo” de mulheres quase escravizadas e que se apropria dos frutos do trabalho sexual dessas através da violência física ou através da dependência das mulheres em drogas. Embora tais indivíduos certamente existissem no Rio, em mais de cinco anos de pesquisa, não encontramos nenhum.
- <sup>5</sup> O salário mínimo no estado do Rio de Janeiro, em julho de 2009, era R\$ 512,67. De acordo com o IBGE, a renda mensal média da trabalhadora feminina sem carteira assinada na região sudeste do Brasil era R\$ 334 em 1997.
- <sup>6</sup> Todos os nomes das nossas informantes foram mudados para proteger seu anonimato.
- <sup>7</sup> Quase todos os nomes e endereços específicos de pontos de prostituição foram mudados para proteger o anonimato desses lugares. Existem duas exceções a essa regra: a discoteca Help e a Vila Mimosa, que são tão bem conhecidos como lugares de prostituição e tão *sui generis* no mundo do sexo comercial do Rio de Janeiro que qualquer tentativa de esconder suas identidades seria malograda.
- <sup>8</sup> “Though some of these women and children have been forced into prostitution by a third party, it is dull economic compulsion that drives many of them into sex work, just as in America (a country with a per capita GDP of U.S. \$21,558), many women and girls ‘elect’ to prostitute themselves rather than join the 35 percent of the female workforce earning poverty-level wages. To describe such individuals as exercising rights of self-sovereignty seems as spurious as stating

that their prostitution represents a violation of their right to dignity. There is no dignity in poverty, which denies the person full powers of agency. Yet the right to sell one’s labor (sexual or otherwise) does not guarantee the restitution of dignity or moral agency”.

- <sup>9</sup> Entrevista realizada no início de 2011, com a Secretária de Direitos Humanos em São Paulo, coordenadora responsável pelas políticas antitráfico.
- <sup>10</sup> Os termos em itálicos representam ou expressões êmicas, utilizadas por meus entrevistados, ou palavras de língua estrangeira.
- <sup>11</sup> Como mencionado mais acima, este conceito é retirado de Appadurai e segue Brennan, que entende a *sexscape* como o local onde o fluxo global de transações sexuais e afetivas é marcado.
- <sup>12</sup> Note-se que esta caracterização não é o único “mito” que se repete sobre o Rio. Também existem mitos referentes ao perigo urbano e à criminalidade, que coexistem com os já referidos.
- <sup>13</sup> Ver: <<http://www.nossoturismopaulista.com.br/>>.
- <sup>14</sup> “Que tenhas teu corpo: uma história social da prostituição no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas.”

#### Ana Paula da Silva

- \* Professora visitante de Antropologia do Departamento de Ciências Sociais (DCS) da Universidade Federal de Viçosa (UFV).